



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	6165/989/16
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Santana de Parnaíba
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA
<b>Período</b>	06/2017
<b>Relator</b>	Dr. Edgard Camargo Rodrigues
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	08ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
<b>Responsável</b>	Antonio Marcos Batista Pereira
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	136.500.348-59
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/07/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

#### **Posição no exercício anterior**

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>
--------------	------------------	--------------------------

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 163.515,31	R\$ 0.00
---	-------------------	----------

#### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 0.00	R\$ 163.515,31	R\$ 0.00

#### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 0,00	R\$ 0.00	R\$ 40.878,86

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 14.161.257,16	R\$ 706.014.635,66	2,0058%	2,0058%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,0058%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 588.447,15
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 291.383,32
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 2.391.238,81
(=) Liquidez do Período	R\$ -2.094.174,98
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 11.000.000,02
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 8.905.825,04
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 56,80%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 10.999.999,98
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 98.454,84
Despesas com folha de pagamento	R\$ 6.290.339,20
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>56,80%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 539.925.951,28
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.291.435,26
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite</b>	<b>0,24%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,24%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	129261
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 539.925.951,28
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 32.395.557,07
Total de Despesas do exercício	R\$ 12.995.720,12
Percentual Apurado	2,41%

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,41%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

### **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

#### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 18/08/2017

**Hora da Geração:** 21:21:27